



Nos últimos quatro anos,
Portugal quis destacar-se
pela boa vontade no
acolhimento de refugiados.
No entanto, de norte a sul do
país, verifica-se todos os
dias que esta não é
suficiente. Retrato de um
país que escancarou as
portas, mas só começa
agora a arrumar a casa



+E

Na hora da chegada



entes de rumarem em direção à Suécia, Ghalia Taki e o marido informaram-se sobre a rota mais favorável para uma viagem com documentos falsos. O casal sírio vivia há já alguns anos com o filho e a mãe de Ghalia no Gana, de onde tentaram sair após o colapso econômico do país, em 2011. De regresso à Síria, esperava-os o início de uma guerra civil que se arrasta até hoje e que os deixou sem casa. Novamente no país africano, o casal começou a pensar numa solução para estabilizar as suas vidas num destino seguro. Estava na altura de tentar a Europa. Tendo escolhido a Suécia como destino final, todos lhes sugeriram que a escala em Lisboa seria aquela onde teriam menor probabilidade de encontrar problemas. Mas quando aterraram em Portugal, em agosto de 2014, foram imediatamente afastados para um interrogatório que demorou cerca de 13 horas, durante as quais a família pouco ou nada percebeu acerca do que lhes acontecia.

“Falavam muito pouco inglês, não havia tradutores. Lembro-me apenas, e lembro-me muito bem, de uma frase que os polícias diziam: ‘Vocês fizeram errado e têm de pagar as consequências das vossas decisões’”, diz a síria ao Expresso.

Durante esse interrogatório incompreensível para a família, chegou um momento em que, de acordo com o seu relato, os agentes do SEF lhes entregaram documentos em português que deviam assinar sem que alguém traduzisse o conteúdo ou lhes explicasse de que se tratava. “Estávamos assustados e não tínhamos escolha, então assinámos os documentos,” diz.

Depois de sair da sala de interrogatório, o casal foi acompanhado por agentes que os levaram a atravessar o aeroporto, pensando que iriam ficar em liberdade. Mas esse percurso terminou no Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária (ECIT), do Aeroporto Humberto Delgado. Os agentes anunciaram apenas que haviam chegado. No centro, pediram-lhes que retirassem os atacadores dos sapatos. O marido caiu no chão a chorar e a pedir desculpa à mulher. Ghalia estava confusa, sem perceber por que razão a polícia continuava a pedir-lhes cintos, telemóveis, dinheiro, malas, e incapaz de atribuir um significado à reação do marido, que compreendeu primeiro do que ela que iriam ficar detidos. Como ele não conseguia falar, ela perguntou a quem ali se encontrava o porquê de a sua família ter acabado naquele local, protestando que queria regressar ao Gana.

“Uma mulher disse-me: ‘Acabaste de assinar os papéis para pedir asilo. Neste centro há dois espaços, um para aqueles que esperam o resultado desse pedido, outro para aqueles que aguardam as deportações. Se quiseres voltar para o Gana, vais para aquele lado’”, disse-lhe.

“Quando estudámos a Suécia ou a Alemanha, perguntámos a outras pessoas sobre as suas experiências nesses países e ninguém nos disse que os sírios acabavam num centro de detenção. Claro que cometemos um crime e tínhamos de pagar por isso, mas acabar num centro de detenção enquanto sírios requerentes de asilo? Nunca poderíamos imaginar tal coisa.”

Durante três dias, foi ali que ficaram, ela numa camarata com a mãe e o filho, de oito anos e meio, o marido numa camarata a rebentar pelas costuras onde não havia beliches suficientes para todos os que ali

estavam e que dormiam em colchões no chão. A síria conta que a comida era servida três ou quatro vezes por dia e que os pedidos de refeições especiais para a mãe, com uma série de problemas de saúde, foram respeitados, tal como foi respeitada a indicação de que a família não comia carne de porco. Ghalia preferia esquecer, se conseguisse, tudo o resto.

“O meu filho não parou de chorar durante o tempo que ali estivemos. Estávamos afastados das nossas roupas, dos telemóveis, não tínhamos internet, ninguém nos explicou regras, ninguém nos explicou o que iria acontecer, quanto tempo ficaríamos ali, se teríamos direito a um advogado, não havia intérpretes à vista, a maioria dos que ali estavam, entre os outros detidos e os funcionários da limpeza, não falava inglês,” diz.

Uma confusão com uma funcionária devido ao acesso às casas de banho e os cuidados que Ghalia queria ter para não aparecer destapada na zona masculina, levou a uma situação de tensão com uma segurança. Da gritaria que se seguiu entre as três mulheres, repete agora, no português que entretanto aprendeu, as únicas palavras que na altura compreendeu, devido à semelhança com o inglês, que fala fluentemente: “Muçulmana, problema; muçulmana, problema.” Na sequência desse incidente, a síria denuncia também a atitude desagradável de uma polícia que “muito zangada”, repetiu várias vezes: “Eu não aceito nenhum problema no centro, não aceito o que fizeste, tens de respeitar as regras”, lembra, visivelmente fragilizada por resgatar da memória um tratamento que a traumatizou. Em nenhum desses momentos, insiste, alguém parou para explicar as ditas regras.

Apenas no terceiro dia, após a conversa com uma inspetora do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), sentiu algum alívio. Apesar de a inspetora parecer sensível à sua história, Ghalia continuou com medo. “Eu não sabia se podia falar com ela abertamente porque na minha cabeça um país que não respeita um pedido de asilo ao ponto de colocar um requerente num centro de detenção, não é um país que aceite facilmente reclamações”, diz.

No entanto, teve coragem para perguntar à inspetora como era possível deter uma mulher de 60 anos com problemas de saúde crónicos e uma criança de oito anos e meio num local sem condições. A inspetora terá concordado e respondido que o filho não devia estar ali.

Duas horas depois dessa conversa, para surpresa da família, deixaram-nos sair, levando-os num miniautocarro até ao Centro de Acolhimento para Refugiados da Bobadela, que não tinha espaço para os acolher naquela noite. Daí seguiram para uma pensão em Alcântara. O casal recebeu o estatuto de refugiados em Portugal. Cinco anos depois, continuam a viver em Lisboa, onde decidiram criar raízes.

“Acabei por adorar o país. Descobri que a realidade cá fora era o oposto do que eu vi ali dentro. Até hoje não consigo explicar aquele tipo de tratamento por parte de portugueses. Mas entendo que muitos dos que chegam não queiram ficar depois de passarem por algo assim,” diz Ghalia, agora com 35 anos.

TURBULÊNCIA À CHEGADA

Para alguns requerentes de asilo, o Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária do Aeroporto



TEXTOS E FOTOGRAFIAS

CATARINA FERNANDES MARTINS

E TIAGO CARRASCO

(Este texto é o primeiro de uma série de três trabalhos de uma investigação financiada pela Bolsa de Investigação Jornalística da Fundação Calouste Gulbenkian)



ESPERANÇA Mariam e Mohiddin, um dos casais sírios entrevistados pela missão de Portugal ao Egito, na sala de estar do apartamento onde vivem com os dois filhos nos subúrbios do Cairo. A família pode chegar a Portugal em breve; Nas páginas anteriores, o pátio do Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária do Aeroporto de Lisboa, o único espaço onde os detidos têm contacto com ar livre e que muitos aproveitam para secar o vestuário

de Lisboa é a primeira experiência em território nacional. Uma primeira experiência geralmente traumática, de acordo com o relato de Ghalia, que após cinco anos decidiu falar sobre o que tinha acontecido por considerar que está na altura de “alguém fazer algo para parar” o que ali acontece. A síria viveu até aqui com medo de “abrir as portas do inferno”, como diz, ao descrever a sua história, mas parece ter atingido o ponto de saturação ao não ver a situação mudar, mesmo após as denúncias feitas pela Provedoria da Justiça sobre o espaço e o relato do jornal “Público”, em julho do ano passado, da detenção de filhos de requerentes de asilo em clara violação das regras internacionais sobre direitos das crianças definidas pela ONU.

Na altura, o SEF reagiu em comunicado falando de um aumento do número de cidadãos estrangeiros que chegam indocumentados aos aeroportos portugueses, muitos deles com crianças menores, alertando para “fortes indícios” de casos de tráfico. O ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, prometeu a entrada em funcionamento de um centro de acolhimento temporário do SEF em Almoçageme, Sintra, com capacidade para 50 pessoas, com área de famílias e área de crianças e de certa forma equivalente à Unidade Habitacional de

Santo António, no Porto, o único desse tipo existente em Portugal, onde os que ali se encontram gozam de maior contacto com o exterior e podem dispor de assistência humanitária. O centro de Almoçageme deveria ter sido inaugurado na primavera, o que não aconteceu.

Na semana passada, um novo relatório da Provedoria de Justiça sobre prevenção de tortura voltou a chamar a atenção para a forma como os estrangeiros são detidos no aeroporto de Lisboa, nomeadamente no que diz respeito à comida servida no espaço, adjetivado como “exíguo” e sem condições para estas que podem ir até aos 60 dias, e onde as pessoas apenas podem ter acesso à roupa que têm no corpo e a outra a secar no pátio, vendo também o seu contacto com o exterior limitado a poucos minutos de telefone por dia.

Em entrevista ao Expresso, a provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral, mostrou clara preocupação pela situação no ECIT de Lisboa, falando de “um lugar impressionante porque muito confinado, pensado para lidar com a situação no aeroporto nos finais do século XX, quando era necessário albergar uma pessoa de 48 em 48 horas”, ressaltando, no entanto, que compreende o argumento do SEF quanto aos indícios de tráfico de menores.

Nos últimos seis meses, o Expresso tentou visitar um dos Espaços Equiparados a Centros de Instalação Temporária existentes nos três aeroportos do país, mas esse acesso foi negado. Foi-nos igualmente negado o acesso à Unidade Habitacional de Santo António. Apesar de se mostrar preocupada com a possibilidade de Portugal estar a ser uma porta de entrada fácil para situações de tráfico, Maria Lúcia Amaral não vê com bons olhos a “grande opacidade” demonstrada pelo SEF ao não permitir a entrada de jornalistas nesses espaços. “Nas prisões sempre podem entrar famílias e jornalistas”, diz.

Sofia Teles, que presta assessoria jurídica na Unidade Habitacional de Santo António, ao serviço do Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS), diz taxativamente que os “centros de detenção não deviam existir”, denunciando outras situações em que os direitos humanos ficam comprometidos nesses espaços, já que, diz, os advogados são obrigados a pagar uma taxa para ali entrar e poder falar com os detidos.

A ANA, Aeroportos de Portugal, que gere os espaços nos aeroportos cedidos ao SEF em julho do ano 2000 para a instalação dos ECIT, justifica esta obrigação dizendo que os centros se encontram em espaços restritos do aeroporto, sendo o seu acesso sujeito, por lei, à apresentação de um cartão de acesso.



VIAGEM No Cairo, a missão de Portugal augurou um bom futuro à família Khursan. Hanaa e Abd el Hamid deixaram Homs para que os filhos Mounir e Mohammed estudassem na Europa

“Essa medida de segurança obriga a ANA a realizar a emissão destes cartões, mobilizando recursos da empresa, e dando lugar à cobrança de uma taxa legalmente prevista para a prestação deste serviço”, diz um representante da ANA.

Impedido de entrar nos ECIT e na Unidade Habitacional de Santo António, o Expresso deslocou-se até ao concelho de Sintra, onde a abertura do centro de acolhimento temporário do SEF prometido pelo ministro Eduardo Cabrita não é isenta de polémica. Para resolver a situação de falta de condições no aeroporto, foi escolhida uma localização na zona costeira, com vista para o mar, vizinha de empreendimentos turísticos. A algumas centenas de metros da Praia Grande, uma equipa de construtores civis trabalha numa corrida contra o tempo para transformar as instalações do número 49 da Estrada do Rodízio, em Almoçageme, na nova Unidade Habitacional para acolhimento de estrangeiros. O edifício pertence à Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira São João de Deus e anteriormente funcionou como centro de acolhimento temporário São João de Deus, destinado ao alojamento de cidadãos nacionais e imigrantes em situação de emergência humanitária.

O SEF alugou o edifício pelo prazo de dez anos, uma das questões que inquieta a Associação de Moradores de Amigos da Freguesia de Colares (AMFC), que não vê com bons olhos a escola deste local para a

abertura do novo centro, tendo apresentado por isso uma queixa ao Ministério Público. Ana Sofia Bettencourt, também membro da associação e deputada do PSD, não se importa de dar a cara pela reivindicação. A deputada diz que quer ver respondidas as perguntas que colocou ao ministro da Administração Interna a propósito do contrato de arrendamento feito pelo SEF e levanta muitas questões quanto à viabilidade daquela zona para os fins propostos. “Almoçageme está a mais de uma hora e meia de Lisboa, o investimento é dispendioso quando sabemos que o Estado tem outras propriedades que podia usar para o efeito. Além do mais, não existe nenhuma garantia de que o contrato de arrendamento seja renovado ao fim de 10 anos e isso é um risco porque o Estado vai gastar muito dinheiro com esta operação. Até pode ser uma excelente decisão, mas apenas queremos compreendê-la,” diz.

A Associação rejeita qualquer associação com posições racistas, xenófobas ou securitárias. Mas insiste no facto de aquela localização ser privilegiada. “O espaço fica numa zona de interesse turístico e há uns meses foi concluída a venda da antiga colónia de férias da CUF para ser transformada num empreendimento turístico — ninguém disse que ia ficar ao lado de um centro de detenção. Estamos a atribuir localidades destas e é uma ofensa para tantos portugueses que querem beneficiar da proximidade ao

mar e não podem,” diz um dos elementos que prefere não ser identificado. Ao Expresso, o ministro da Administração Interna Eduardo Cabrita sugere aos membros da associação que “escutem as palavras do Papa Francisco” relativamente ao acolhimento de migrantes e avança, sem se comprometer, com uma nova data para o centro de Almoçageme: outubro de 2019.

ASILO EM CIMA DO JOELHO

A maioria dos requerentes de asilo e refugiados que chegou a Portugal nos últimos cinco anos não teve de passar pelos centros de detenção dos aeroportos. A 17 de dezembro de 2015, aterravam em Lisboa os primeiros 24 requerentes ao abrigo do programa de recolocação celebrado entre a União Europeia e os seus Estados-membros, com o objetivo de aliviar a Grécia e a Itália, países de desembarque, da pressão migratória nas principais portas de entrada na Europa. O Governo português não virou costas ao dever de acolher quem precisava e até encarou o fenómeno como uma vantagem para o país. Em 2015, o primeiro-ministro, António Costa, anunciava o acolhimento e a integração de refugiados como “uma grande oportunidade de recuperar património abandonado, de criar uma nova oportunidade de vida para estas pessoas e uma melhor forma de desenvolver o nosso território”.



ESPERA Residente da Unidade Habitacional de Santo António, no Porto. Os que aqui se encontram gozam de maior contacto com o exterior e podem dispor de assistência humanitária

“Está aqui tanta população habituada ao trabalho agrícola, que tem capacidade de trabalhar nesta floresta,” disse Costa num discurso controverso e ridicularizado muitas vezes ao longo destes quatro anos, à medida que se foi tornando evidente a falta de preparação de Portugal para integrar estas pessoas.

Na verdade, não só não existe registo de refugiados a limpar florestas, como muitos dos que foram colocados nas zonas mais abandonadas do país, seguindo a estratégia portuguesa de dispersão territorial para evitar a criação de guetos, tiveram problemas de fixação e isolamento. Muitos, nas zonas rurais e nas zonas urbanas, deixaram Portugal. Até abril de 2018, chegariam a Portugal 1552 requerentes de asilo, um terço da quota inicialmente prevista em setembro de 2015. 51 por cento abandonariam o país antes do fim do programa, de 18 meses. Entre os que ficaram, pouco mais de metade (55 por cento) conseguiu autonomizar-se ao fim de ano e meio de subvenção social.

“É importante desconstruir a ideia de que abandonaram o país por não gostarem de cá estar”, diz Pedro Calado, alto-comissário para as Migrações. “Metade dos movimentos secundários aconteceu antes do primeiro mês de estada no país. Num ou outro caso tem que ver com expectativas defraudadas. Mas em muitos dos movimentos, Portugal era,

Portugal foi apontado como uma exceção na Europa por querer ir além da quota da recolocação. Mas 51% dos recolocados abandonaram o país antes do fim do programa de acolhimento

logo à partida, um destino intermédio. Creio que é importante percebermos isto para não nos martirmos com a situação.”

As razões primordiais que levaram mais de 700 recém-chegados a partir para outros países europeus estão bem identificadas pelas instituições responsáveis: procura de uma comunidade árabe e/ou muçulmana mais solidificada, existência de familiares noutros países europeus e tentativa de reconstruir a vida numa nação economicamente mais pujante e com maiores condições de prestação de apoio social.

Mas não são causas únicas. O programa de recolocação foi uma resposta europeia à urgência humanitária causada pelo afluxo de mais de um milhão de nacionais de países terceiros ao continente europeu durante o verão quente de 2015 e apanhou toda a gente desprevenida. Nomeadamente, Portugal. Nas últimas duas décadas, o país tinha recebido uma média de anual de 298 requerentes de asilo. Perante a crise migratória europeia, o país comprometeu-se quase de um dia para o outro a receber mais de 1500 em dois anos. Havia escassez de recursos humanos nas organizações tutelares do asilo, carência de unidades de acolhimento e preparação insuficiente das instituições públicas.

“Em teoria, a estratégia da descentralização é bonita, mas na prática não estamos minimamente



ANA BRÍGIDA

MUDANÇA Ao abrigo do programa de recolocação chegaram a Portugal 1552 requerentes de asilo até abril de 2018

preparados para fazer isto ao nível dos serviços básicos essenciais”, afirma Joana Rodrigues, coordenadora do programa de recolocados da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), um dos organismos convocados para dar resposta imediata ao problema. “Não estamos preparados ao nível de serviços públicos e também ao nível das sociedades de acolhimento. A nossa delegação de Chaves, por exemplo, recebeu e continua a receber refugiados. Mas Chaves quase não tinha famílias de cor, nem sequer contava com agregados de Angola ou de Cabo Verde. Chegaram eritreus com hábitos culturais muito diferentes e eles tiveram de lidar com isso. Dizem que os portugueses gostam muito de acolher. A meu ver, é treta. Na rua, dizem que sim, mas depois aceitar que tenham uma cor diferente, que se vistam de forma diferente, que comam de outra maneira...isso é outra história. Estamos a anos-luz de sermos aceitantes. E no interior, isto sente-se mais.”

A parca informação sobre cada um dos requerentes significou que o *matching* — a adequação da localização e das condições de acolhimento ao perfil do candidato — foi praticamente inexistente. “Recebemos uma linha numa folha de Excel com nome, data de nascimento e lugar de onde vinha. Pouco mais. Às vezes, referia a atividade profissional, outras, nem isso. Nem o projeto de vida constava, o que a pessoa gostaria ou não de fazer”, recorda Pedro Calado.

Joana Rodrigues estava na reunião para a distribuição dos primeiros nomes pelas unidades encarregadas da recolocação, realizada a cinco dias da chegada do grupo inicial. “Lembro-me de ver muitas páginas de perfis e nós podíamos escolher com base no nome, religião, idade, se tinha família ou se vinha sozinho. Pessoalmente, achei uma crueldade. Mas do ponto institucional e de missão não podíamos ficar indiferentes e sair de lá sem ninguém”, diz. Joana acabou por escolher dois casais — um iraquiano e um sírio — e uma cidadã tunisina que mais ninguém iria aceitar.

“A Cruz Vermelha não tem património imobiliário, tínhamos de alugar. A prioridade foi sair dali e arranjar pelo menos duas estruturas locais que em quatro dias desenhassem uma casa. Fomos surpreendidos por uma que, não tendo experiência em intervenção social nesta área, se prontificou a acolher.” Nos primeiros tempos, nem tradutor havia: recorriam ao Google Translate, a desenhos e a gráficos para conseguirem comunicar.

CONDENADOS À CHEGADA

As lacunas no sistema de acolhimento provocaram consequências indesejadas para os requerentes de asilo e para os organismos portugueses. Hussein, um sírio de 20 anos, proveniente de um meio urbano e abastado, foi recolocado em Beja, em 2016, por uma

delegação local da CVP. Queria entrar na universidade mas as suas habilitações não puderam ser reconhecidas porque o seu certificado estava rasurado.

“Isso criou-lhe uma revolta contra tudo e todos, contra Portugal. Queria entrar na faculdade, ir para o colo da mãe, mas ao invés era um miúdo sírio de 20 anos sozinho em Beja”, diz Joana Rodrigues, da Cruz Vermelha Portuguesa. “A partir de um certo momento a minha missão passou a ser evitar que fizesse uma desgraça aos outros e a si próprio.” A polícia teve de intervir numa ocasião, chegou a ser hospitalizado. Acabou a viver muito tempo na rua. Hoje está na Alemanha, depois de uma passagem por Lisboa.

A experiência de Hazar K., 60 anos, e do seu filho Shariff, 25, é ainda mais ilustrativa do desnorte na estratégia de recolocação. Em 2016, Hazar decidiu deixar o campo de refugiados iraquiano onde vivia há dois anos para tentar juntar-se na Alemanha a dois dos seus nove filhos. Consigo, levou Shariff, outro dos seus descendentes, com distúrbios psicológicos. Atravessada a via-sacra do Mediterrâneo, conseguiram desembarcar na Grécia, onde lhes foi proposta a recolocação em Portugal — país que lhes foi apresentado como “acolhedor, com bom clima, onde teriam casa e um emprego”, segundo o relatório de Francesco Vacchiano, investigador do Instituto de Ciências Sociais que acompanhou o caso. Não tiveram tempo

para experimentar. Embarcaram para a Alemanha, de onde foram deportados para Lisboa assim que as autoridades os intercetaram, seis meses mais tarde. Ficaram inicialmente hospedados numa pensão e, pouco depois, o Conselho Português para os Refugiados (CPR), instituição encarregada do caso, atribuiu-lhes um apartamento no Cacém, nos subúrbios da capital. A morada de um calvário vivido a dois. Membros de uma minoria curda de religião yazidi, oriunda do norte do Iraque, falantes somente de curdo kumanji, ficaram isolados, sem tradutor, dependentes de um vizinho para qualquer comunicação com o exterior e sem hipótese de frequentarem as aulas de português em Lisboa.

“Da única vez que tentaram ir de comboio, perderam-se”, conta Vacchiano. “Estamos a falar de uma mulher idosa com uma grande carga de sofrimento acompanhada por um rapaz com visíveis deficiências cognitivas ou traumas. São pessoas que precisam de sair de exames médicos, de apoio, não conseguem fazer de casa e estão afastadas de qualquer rede social. Nenhum deles sabia dizer qualquer palavra em português”. De maio a setembro de 2018, não receberam quaisquer visitas nem mereceram acompanhamento especial. Nenhum deles sabia dizer qualquer palavra em português.”

Houve um erro de análise. O caso deveria ter merecido atenção extraordinária: o marido de Hajar tinha sido assassinado e ela e o seu clã, vítimas das maiores crueldades às mãos do Daesh. “Quando falava disso, agarrava-se ao ventre a chorar. As memórias causavam-lhe uma dor física”, relata o investigador italiano.

Shariff chegou a ameaçar atirar-se pela janela, mas nem isso fez soar os alarmes. Desesperada, Hajar optou por aderir ao programa de retorno voluntário da Organização Internacional para as Migrações (OIM) para regressar à tenda no campo de refugiados de onde tinha saído, em Dohuk, no Iraque curdo. “Vivemos como animais aqui. Pelo menos, aquela tenda é o único lugar do mundo onde tenho o meu nome escrito”, disse ela a Vacchiano. Antes, fez um ultimato: desistiria do regresso caso o sistema lhe encontrasse alojamento em Lisboa. O pedido foi recusado por os arrendamentos na capital serem demasiado caros. Após três anos de viagens arriscadas, mãe e filho chegaram à conclusão de que era preferível viver num lugar de risco, mas perto dos seus, do que seguros, mas em solidão — e trocaram o apartamento nos arrabaldes de Lisboa por um acampamento no Curdistão.

“A resposta é sempre que não há recursos”, diz Vacchiano. “Primeiro, diria que se admitem que não há recursos para um determinado trabalho, mais vale não o aceitar. Segundo, é importante perceber por que razão não há recursos. Nomear os problemas é meio caminho para os resolver.”

Mais de 80 organizações, do norte a sul do país, receberam em 2017 do SEF um subsídio anual para o financiamento do acolhimento — valores que variaram dos 1,1 milhões de euros para estruturas encarregadas de várias famílias, como o CPR, até 4 mil euros para várias associações e paróquias que se disponibilizaram para receber um indivíduo ou uma família. São precisamente as mais pequenas que se queixam da falta de capital, que as levou em muitos casos a autofinanciarem-se.

“O dinheiro tem chegado a horas, mas não tem sido suficiente. Recorremos a donativos de particulares e de acólitos”, diz uma responsável de uma paróquia lisboeta com um adulto e um menor a cargo. Na recolocação, as entidades de acolhimento recebiam €6000 por pessoa durante 18 meses. Desse valor, €150 deveria ser usado para a bolsa mensal do requerente e o restante para as despesas de habitação e outras. A larga maioria reivindica que a soma não é suficiente para suprir as necessidades básicas.

PORTUGAL POR OPÇÃO

Ainda assim, não falta quem voluntariamente escolha Portugal como porto de abrigo. Depois do fim do Programa de Recolocação, Portugal disponibilizou-se para receber 1010 refugiados ao abrigo do Programa de Reinstalação, no prazo de dois anos, a terminar no próximo mês de outubro. A reinstalação é um programa gerido pelo Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e destina-se a levar para a UE deslocados que já têm o estatuto de refugiados em países sobrecarregados de África e do Médio Oriente. As missões portuguesas incidem sobre a Turquia e o Egito. O Expresso acompanhou a 3ª missão conjunta (SEF, Alto-Comissariado para as Migrações, ACM, e sociedade civil, representada pela Plataforma de Apoio aos Refugiados, PAR) ao Cairo, uma maratona de 10 horas diárias em cinco jornadas consecutivas de modo a entrevistar e selecionar 165 candidatos oriundos da Síria, Sudão, Sudão do Sul, Somália, Etiópia e Eritreia.

Tudo começa numa simples sala do edifício do ACNUR na Cidade 6 de Outubro, nos arredores de uma metrópole desmesurada. É lá que 247.798 refugiados inscritos neste organismo das Nações Unidas coabitam com quase 20 milhões de almas. Na parede, uma fotografia de Cristiano Ronaldo. Na porta, a

Na sessão de apresentação da missão ao Egito, os refugiados são informados dos baixos rendimentos em Portugal e da necessidade de as mulheres trabalharem para equilibrar o orçamento familiar

bandeira de Portugal. E a um canto, um poster com a mensagem de que o homem é igual à mulher. É nesta envolvente iconográfica que a enérgica inspetora-coordenadora Superior do SEF e chefe da missão, apresenta a sua equipa e os objetivos aos 25 convocados para o primeiro dia.

“A recolocação era obrigatória, ou seja, os requerentes de asilo não tinham escolha sobre o país para onde iam. A reinstalação é totalmente diferente. É um processo voluntário. Estas pessoas já têm estatuto de refugiadas no Egito, recebem informação sobre Portugal e o sistema nacional de acolhimento e podem depois aceitar vir ou não”, diz, em entrevista. “Há sírios que preferem ficar na Turquia por estarem muito perto de Aleppo e terem esperança que a guerra termine para voltarem para casa. Há outros que estão satisfeitos com a sua vida no Egito”. Poucos: na 1ª missão apenas uma família em 141 pessoas decidiu não viajar.

O processo não tem um carácter de emergência, sendo conduzido ao longo de vários meses, durante os quais há diversas fases para aperfeiçoar o tal *matching* que falhou no programa de recolocação. No momento em que as famílias decidem ou não se querem viver em Portugal, já houve várias entrevistas e contactos com o objetivo de detalhar tanto quanto possível, as condições que os refugiados podem esperar — em termos de saúde, emprego, habitação e educação. As organizações envolvidas neste processo querem acreditar que, por tudo isto, a taxa de sucesso no acolhimento e na integração será superior, apontando como prova o número inferior de movimentos secundários para fora de Portugal nestes grupos reinstalados.

Na última missão no Cairo, as pastas estão bem divididas. Cabe ao SEF gerir as questões de asilo e segurança e ao ACM abordar aquilo que diz respeito à integração. São as duas técnicas do Alto-Comissariado que fazem uma primeira apresentação do país, com enfoque nas etapas do processo de acolhimento, salários e custo de vida, tolerância religiosa, base democrática e igualdade de género. Domina o silêncio, os olhos da sala presos no tradutor. Uma ovação exultante perante a exibição de uma imagem de Cristiano Ronaldo quebra pela primeira vez esse silêncio. Os avisos relativamente à necessidade de a mulher ter de trabalhar para garantir a sustentabilidade do agregado provocam risinhos de fundo que dão lugar a gargalhadas nervosas quando se sublinha a importância da divisão de tarefas domésticas entre o casal.

As questões de género interessam particularmente a um rapaz sudanês, 27 anos, esguio e com as unhas pintadas, sentado na última fila. Sami, nome fictício a pedido do próprio, é homossexual. “Nunca soube o que era a liberdade”, confessa. “Tanto no Sudão como aqui no Egito, não posso sair para fazer o que quero, até já fui espancado. Aqui não tenho futuro, enquanto em Portugal não odeiam os gays.” No Cairo, vive com amigas e trabalha num cabeleireiro. Leu na internet que Portugal era um dos países mais liberais. E não quis saber de mais nada. “Não quero saber se o país é rico ou não. Se tem um lugar para mim e me dá liberdade, tudo bem.”

Os restantes têm outras preocupações. Começam as primeiras perguntas; “Ao fim de quanto tempo de residência posso pedir nacionalidade?”

DINHEIRO NÃO USADO

Como contrapartida pelos esforços de Portugal no acolhimento de refugiados e imigrantes, a Comissão Europeia aprovou verbas no valor de 45,8 milhões de euros para o programa nacional do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração. No entanto, segundo uma auditoria do Tribunal de Contas à forma como Portugal geriu os fundos europeus de 1 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2017 (prolongando-se até Julho de 2018 em algumas atividades analisadas), divulgada em relatório no passado dia 8 de maio, o sistema nacional usou apenas 11,6 milhões de euros, ou seja, 25,3% dos fundos disponíveis. Destes, 10,5 milhões de euros foram referentes à componente lump sums, isto é, a atribuição de quantias fixas aos refugiados recolocados de emergência a partir da Grécia e da Itália (como os casos acima descritos) — sem esta vertente a execução não passaria de 1,1 milhões de euros em áreas como asilo, integração e migração legal, regresso ao país de origem e assistência técnica. Mesmo no esforço de financiamento da recolocação os números não são famosos: havia 28,6 milhões de euros aprovados, pelo que os 10,5 executados correspondem apenas a 36,6 por cento do bolo.

O fraco desempenho na execução das verbas levou a Comissão Europeia a ameaçar, em março de 2018, anular parte dos compromissos, o que causaria uma perda de 16,7 milhões de euros. No contraditório apresentado no relatório, a Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna afirma que já não existe o risco de anulação dos fundos e que “as autoridades nacionais estão a preparar as alterações necessárias ao programa nacional do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para garantir a redistribuição de 15,8 milhões de euros não utilizados no âmbito da recolocação”. A mesma instituição alega “dificuldades e constrangimentos” devido às “circunstâncias particularmente difíceis da história recente de Portugal e da União Europeia”. Pedro Calado, do ACM, Autoridade Delegada para a gestão do fundo e instituição responsável pela integração, alega que hoje “a taxa de execução da parte do ACM é de 75%, com os restantes 25% a serem cumpridos até final do ano”. O alto-comissário acredita que agora a taxa de execução global supera os 25 por cento apurados pelo Tribunal de Contas. E encontra duas justificações para o sucedido: “Primeiro, Portugal recebeu apenas um terço dos refugiados que estavam estipulados, pelo que o dinheiro aprovado era para pessoas que nunca chegaram. Depois, temos de perceber que da equipa que começou com a gestão do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração não sobra ninguém. Há uma grande rotação de técnicos que gerem fundos comunitários e isso revela-se prejudicial.” Fontes do ACM e do SEF afirmam ainda que a falta de experiência e de estrutura das instituições de acolhimento terá conduzido a erros e atrasos na apresentação de candidaturas aos fundos, um problema atenuado com o desenrolar do tempo. / C.F.M. E T.C.

Cinco anos. “Posso viajar para outros países da Europa?” Sim, são permitidas ausências de um trimestre de seis em seis meses. “As famílias ficam juntas no centro de acolhimento em que vamos ficar até nos arranjam casa?” Sim, há quartos separados para famílias e alas separadas para homens e mulheres solteiros. De seguida, os refugiados são chamados para entrevistas individuais noutras salas do edifício, enquanto os que aguardam vão assistindo a vídeos introduzidos pela representante da sociedade civil. É um esquema rotativo, frenético, que não dá sequer à equipa pausa para almoço. É nesses questionários que o SEF vai realizar o rastreio de segurança e o ACM recolher os perfis de cada um para encontrar soluções de hospitalidade adequadas. Há ainda uma funcionária do SEF encarregue da recolha de dados biométricos; o que permite ganhar tempo na emissão de autorizações de residência, um procedimento que durante a recolocação registou longos atrasos.

“Quando chegam a território nacional já estamos em condições de lhes enviar os documentos para casa. Os atrasos dificultavam a entrada imediata das pessoas na vida ativa. Assim, têm logo os papéis que lhes permitem fazer marcações nos centros de saúde ou fazerem matrículas nas escolas. E as delegações locais do SEF agradecem, porque estão sobrecarregadas de marcações”, diz a inspetora do SEF.

É, todavia, na sala de biometria que, em casos pontuais, se revelam potenciais problemas de integração. “Na segunda missão, tivemos pessoas muito conservadoras, oriundas de uma zona rural da Síria. Alguns homens opuseram-se a que as suas esposas tirassem o véu, descobrindo a face, para serem fotografadas para a recolha de dados. Nestes casos, a triagem é quase imediata. Se não demonstram tolerância para isto, muito dificilmente se irão integrar em Portugal”, afirma a inspetora, que procura combater o problema a priori explicando no início das apresentações os fundamentos da captura de fotografias após as entrevistas individuais. A experiência ensinou-lhes algumas táticas para os inqueritos: a chefe da missão usa sempre um homem como tradutor para que os maridos interajam mais com ele e as mulheres se virem para ela. Nunca deixam o marido cortar a palavra à companheira.

Não são esquecidas algumas das dificuldades do panorama português como os salários baixos, as dispendiosas faturas de eletricidade (na Síria, a energia é muito barata) e até uma ligeira menção ao elevado custo das rendas. Contudo, são ignoradas muitas das queixas ouvidas pelos beneficiários do programa de recolocação, obstáculos que persistem, mesmo que oficialmente se insista nos sucessos da reinstalação, como se Portugal tivesse começado do zero. Mas não começou. Por todo o país, os refugiados queixam-se da pesada burocracia, da inoperância de alguns serviços públicos, dos atrasos nos pedidos de reagrupamento familiar, das filas de espera no Serviço Nacional de Saúde, do isolamento e do abandono, ou da desorganização na oferta de cursos de português. Para superar este último problema, os membros da missão ao Egito apresentam desde logo uma aplicação eletrónica onde os candidatos podem começar a aprender o idioma, seguida da referência de uma linha telefónica de apoio à tradução e de um *site* de assistência na procura de

trabalho (www.refujobs.acm.pt). Ao mesmo tempo, na sala, onde as crianças vão desarrumando as cadeiras e alguns adultos dormem com a cabeça encostada à mesa — é Ramadão e a maioria dos presentes não come há várias horas — os técnicos vão ensinando os primeiros motes em português: “Olá”, “obrigada”, “por favor”. Há um miúdo que aponta para CR7 e diz “golo”.

Nem tudo é dito nesta fase. Para aprofundar o *matching*, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) entra em campo numa fase final encetando uma missão duas semanas antes do voo para Portugal. “Na reinstalação, cada passo é muito mais desenvolvido e há uma ligação a todos os atores, desde o SEF ao ACM, passando pelas instituições anfitriãs. Passamos aos nossos colegas na Turquia e no Egito mensagens-chave já tendo em conta o local onde vão viver e a organização que os acompanhará. Depois, também estamos presentes na hora de os receber. É um processo contínuo de afinação,” diz Marta Bronzin, chefe de missão da OIM em Portugal. Se após esta etapa, os beneficiários da reinstalação decidirem embarcar para Portugal, não podem regressar ao Egito, sob pena de lhes ser retirado o estatuto de refugiados.

Mohiddin Khassan, de 32 anos, antecipou-se e foi à internet ler sobre Portugal. Concentrou-se nos apoios dados na deficiência: em miúdo, um acidente de carro provocou-lhe graves lesões na perna, que acabou por lhe ser amputada na adolescência. Move-se com o auxílio de uma prótese e de muletas. “Quero encontrar um emprego em que possa ficar sentado e, caso não o consiga, preciso que o Estado apoie a minha família”, diz.

Apesar de Portugal lhe ter sido sugerido pelo ACNUR — a sua primeira intenção era levar a sua família a juntar-se à irmã na Noruega — gostou do que leu nas pesquisas. “Vi que é o país menos racista da Europa e um dos mais seguros.” Segurança e paz é algo de que precisa urgentemente. Ele, a sua mulher, Mariam, e os filhos, Jadallah, de três anos e Ghassan, de quatro, viveram sitiados nos arredores de Damasco — sem eletricidade, escassez de comida e ameaçados pelos ataques químicos do regime que mataram amigos e familiares. Com 300 euros, Mohiddin voou para o Sudão e posteriormente para o Egito, trazendo de seguida a família para junto de si. No Cairo, conduzia um *tuc-tuc* para ganhar a vida, mas ficou desempregado. Recebe do ACNUR 1200 libras egípcias (63,5 euros), com que tem de pagar o aluguer da casa, e ainda um cartão para alimentação. O Expresso visitou a sua casa, num bairro residencial do zona de 6 de Outubro, nas cercanias da delegação do ACNUR. Na sala, dominada por dois sofás e um tapete de tons violeta, o casal desvaloriza a questão financeira.

“Sei que na Noruega se ganha 10 vezes mais que em Portugal, mas lá uma casa custa uns 10 mil e em Portugal pagarei uns 500. Vou gastar muito menos”, diz Mohiddin.

De acordo com as regras do programa de reinstalação, as instituições de acolhimento recebem €7500 durante 18 meses por cada refugiado acolhido, variando de instituição para instituição se as crianças recebem €75 ou €150 de bolsa mensal. Mas aquilo que mais importa ao sírio é a educação dos filhos e acompanhamento médico adequado. “E,

claro, assusta-me no entanto em 18 meses, o prazo do programa”, confessa. Na recolocação, as pessoas mais vulneráveis — principalmente a nível de saúde, física ou psicológica — tiveram bastantes dificuldades em autonomizarem-se. Ainda assim, as autoridades acreditam que o país tem capacidade para ajudar os mais fragilizados e não os quer deixar de fora.

“Nunca impusemos condições para acolher ninguém ao contrário de outros países, especialistas no *cherry-picking*, que afirmaram que só queriam pessoas com determinado perfil”, diz Pedro Calado, do ACM. “Se não tivéssemos condições não fazia sentido trazer essas pessoas. Mas a decisão final é sempre difícil. É melhor ficarem onde estão ou fazer tudo para lhes salvar as vidas?”

A inspetora do SEF é da mesma opinião, reforçada pela chegada de uma boa-nova: o ACM encontrou um lugar em Lisboa para receber uma família de sete pessoas entrevistada na segunda missão, com elementos com profundas deficiências de nascença. “Tivemos casos muito complicados nessa missão que deixámos em *stand-by*, com o ACM à procura de soluções. Felizmente, conseguimos ajudar esta família, o que é incrível. Mas quando reconhecemos que não temos essa capacidade, o que já aconteceu, informamos o ACNUR que depois os pode fazer transitar para países como a Suécia, por exemplo, que tem maior facilidade em assimilar estes históricos de fragilidade.” E assim evita-se de forma responsável o fracasso da integração e a forte probabilidade de movimentos secundários.

O mote é transversal a todas as instituições: é o que ambicionarem e fizerem durante os 18 meses do programa que vai ditar o seu sucesso em Portugal. “É um processo bidirecional e por muito boa vontade que tenhamos não vamos a lado nenhum sem o esforço dos refugiados”, sintetiza Pedro Calado.

UMA CASA APARENTEMENTE ARRUMADA

Há limites para o sonho? Olhando para o vídeo “Portugal, beauty of simplicity” (Portugal, a beleza da simplicidade), exibido também durante as sessões da missão, parece que não. O pequeno filme da autoria do Turismo de Portugal mostra tomadas de golfe, um solo de violoncelo numa sofisticada sala de espetáculos e uma boa posta de bacalhau numa luxuosa esplanada junto à praia.

“Não lhes interessa saber o que há de pior. Isso já eles têm aqui ou nos seus país de origem”, justifica a chefe da missão. “Muitas vezes pensam que Portugal é um país muito pobre e quando lhes mostramos o contrário pensam que se calhar tem coisas como a Alemanha e como o tio lhes contou que era a Europa. É muito mais difícil vender um campo de golfe em Portugal do que a Musgueira, porque é essa a ideia que as pessoas têm, que vão para uma segunda guerra mundial. Para mim, o importante é elas saberem o que existe de bom e o resto são elas que têm de trabalhar para lá chegar.”

André Costa Jorge, diretor-geral da JRS e coordenador da PAR, é contra a exibição de tal vídeo, que aparece antes de um outro que a PAR mostra aos refugiados, onde se contam várias histórias de sucesso da recolocação. “Procuramos mostrar às pessoas que a sociedade civil é acolhedora, mas não queremos estar numa campanha de atração dos

refugiados. Somos solidários com a missão portuguesa, mas não somos corresponsáveis por vídeos que passem ideias fantasiosas, porque estas pessoas não vão para hotéis e não vão andar a cavalo nas praias, não vão estar em *resorts*. Temos de saber gerir bem as expectativas sob pena de serem excessivas, dificultarem o trabalho das instituições no terreno e de nos desviarmos do verdadeiro sentido da missão, que é ajudar os mais vulneráveis. Percebo que o Estado tenha quotas para cumprir, mas na nossa ótica é errado tentar convencer pessoas a vir,” diz.

O alto-comissário para as Migrações diz que não existe qualquer complexo de pobreza nem intenção do Governo em cativar mais refugiados para o país: “O Estado português não tem uma meta, tem uma disponibilidade, que é a de receber mais 1100 pessoas na reinstalação.” O ministro Eduardo Cabrita diz desconhecer o vídeo mostrado durante as missões, mas nega também que haja metas políticas para o acolhimento de refugiados. “Portugal tem uma posição de abertura, mas não temos objetivos políticos para acolher refugiados. Temos, sim, objetivos de política migratória devido aos problemas de envelhecimento que o país enfrenta e nesse sentido estamos a negociar programas de migração legal e ordenada.”

Os dias passam e algumas histórias alojam-se na memória dos elementos da missão: a sudanesa, mãe solteira de quatro filhos que foi agredida e violada, a família síria de classe média que está bem instalada no Cairo e tem muitas dúvidas se deve viajar para Portugal ou não. Entre elas, surgem algumas que imediatamente transmitem otimismo. No último dia, a família síria Khursan — Abd el Hamid, o pai, Hanaa, a mãe, e os filhos Mounir, de 19 anos, e Mohammed, de 24 — entra na sala como se o futuro cintilasse lá dentro. Hanaa, sorridente e bem-disposta, espicaça o marido, mais introspetivo, quando dizem que o homem também deve tratar da casa. Mohammed, fluente em inglês, discorre várias perguntas. São cidadãos de Homs, cidade vergada às bombas da contenda síria. Tinham uma boa vida; o pai era chefe de departamento numa petrolífera, Mohammed já a exercer a profissão de dentista ainda sem finalizar os estudos. No Cairo, foi tudo diferente.

Eduardo Cabrita, ministro da Administração Interna, rejeita a existência de uma estratégia para vender Portugal aos refugiados

Trabalham os quatro para levarem para casa 5000 libras (264 euros). Mohammed não lhe viu reconhecidas as habilitações académicas, dizem-se vítimas de racismo.

“Pensámos inicialmente no Reino Unido, mas quando surgiu a hipótese de Portugal ficámos agradados. Há estabilidade e menos racismo”, afirma o rapaz mais velho. O único pedido é ficarem numa cidade: “Somos urbanos e não sei como faríamos se nos metessem numa quinta.”

Talvez nunca venham a ter oportunidade ou vontade de jogar golfe, mas nos bastidores os técnicos portugueses já lhes auguram um bom destino. “São daqueles que nos fazem sentir imediatamente que vai correr bem. Poderão abrir um negócio próprio, progredir nos estudos. Está nas mãos deles. Têm 18 meses”, comenta a inspetora.

“AINDA HÁ GENTE LÁ?”

Cinco anos depois da detenção no centro de instalação temporária do aeroporto de Lisboa, Ghalia e o marido aceitaram Portugal como casa, decidiram que não iam fazer como vários sírios seus conhecidos que partiram para a Alemanha ou para a França, e ficaram em Portugal. Venderam aquilo que ficou para trás na Síria e compraram uma casa confortável e espaçosa nos arredores de Lisboa, encontraram trabalhos de que gostam, esforçaram-se por fazer amizades com portugueses e por visitar mesmo as zonas mais recônditas do país, empenham-se na educação do filho e exigem-lhe notas máximas em todas as disciplinas, preocupando-se especialmente com o seu desempenho na Língua Portuguesa. Neste espaço de tempo, Ghalia tornou-se uma das principais mediadoras culturais a trabalhar com refugiados em Portugal e em virtude desse trabalho, que encara como uma missão, começou recentemente a sentir a necessidade de falar publicamente sobre as vulnerabilidades que vai identificando e que, acha, podem ser corrigidas — pelos que chegam e pelo país que os acolhe, que já considera seu.

Até há algumas semanas, a síria não havia falado com o filho sobre os dias passados nesse local, mas decidiu abrir essa porta no momento em que decidiu também falar sobre a sua história. Ao ouvir o filho dizer que ainda hoje sente pena de não ter podido ajudar a mãe, que viu numa situação desesperada, o choque daqueles dias regressou. Ghalia percebeu que o filho se lembrava de tudo, de ver que nem o pai conseguiu defender a mãe, da má comida, mas, acima de tudo, dos outros residentes, que o tentaram continuamente fazer parar de chorar, juntando as roupas que tinham no corpo para fazer uma bola com que ele pudesse brincar e distrair-se. O rapaz, agora com 14 anos, ficou incrédulo quando a mãe lhe disse que o centro ainda existia e continuava a funcionar da mesma forma. E contou à mãe pela primeira vez o estado de confusão em que ficou quando abriram as portas à sua família, que saiu em liberdade, incentivando-a, dessa forma, a falar.

“Fiquei feliz por estar a sair daquele sítio, mas muito triste por deixar aquelas pessoas que acenavam para fora e ficavam lá dentro. Ainda há gente lá? Alguém tem de fazer alguma coisa, alguém tem de parar o centro”, disse. ●

E

A Revista do Expresso

EDIÇÃO 2433
15/JUNHO/2019

+

Especial Férias

Planeie o seu melhor
verão de sempre

Sardinha

Uma história portuguesa
Por Ricardo Dias Felner

Reportagem

Refugiados: a incerteza
à chegada. Por Catarina
Fernandes Martins
e Tiago Carrasco

Julian Barnes De Londres, sem amor

Amor e política, 'Brexit' e Macron, bárbaros e elites, envelhecer bem e finais que não são obrigatoriamente felizes. Entrevista com um dos mais brilhantes escritores britânicos da atualidade
Por Pedro Mexia, no Reino Unido